

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

## 2. Aprovação da ata da reunião de 28 de fevereiro

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Baixa de Iniciativa

Projeto de Resolução	1364/XIII	3	<a href="#">Requalificação da Escola Secundária de Castro Daire</a>	PSD
----------------------	-----------	---	---	-----

### 3.2. Iniciativas em Comissão

#### 3.2.1. Nova baixa para apreciação em generalidade

Projeto de Lei	620	XIII	3	<a href="#">Altera o Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, que aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária</a>	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD
Projeto de Lei	619	XIII	3	<a href="#">Altera o Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, que aprova a orgânica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.</a>	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD
Projeto de Lei	621	XIII	3	<a href="#">Altera o Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico</a>	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD

Projeto de Resolução	1071	XIII	3	<a href="#">Recomenda ao Governo a promoção da transferência de tecnologia entre Universidades e Institutos Politécnicos e a sociedade</a>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD
Projeto de Resolução	1069	XIII	3	<a href="#">Recomenda ao Governo a promoção do emprego de doutorados na sociedade</a>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD

Projeto de Resolução	1070	XIII	3	<a href="#">Recomenda a promoção de uma política de propriedade intelectual que fomente o investimento e a inovação</a>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD
----------------------	------	------	---	---	------------------------------------	------------	-----

### 3.2.2.

Projeto de Lei	607	XIII	3	<a href="#">Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário</a>	Nova apreciação comissão generalidade	2017-12-15	PCP
----------------	-----	------	---	---	---------------------------------------	------------	-----

### 3.3. Execução do Plano de Atividades da Comissão

#### 4. Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 16h00

#### 5. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

5.1. [Petição 418/XIII](#) - Solicita legislação para docentes incapacitados para o exercício de funções.

#### 6. Discussão de Projetos de Resolução

6.1. [Projeto de Resolução n.º 1321/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Pela efetiva aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, a todos os bolsiros de gestão de ciência e tecnologia

6.2. [Projeto de Resolução n.º 1358/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Contratação e integração dos bolsiros de gestão de ciência e tecnologia

#### 7. Fixação de redação final de Projetos de Resolução aprovados

7.1. [Projeto de Resolução n.º 1312/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a realização de um concurso geral de professores em 2018 e a alteração do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário

#### 8. Outros Assuntos

#### 9. Data da próxima reunião

- 13 de março de 2018, 15h00

-----

## 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de ordem do dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 2. Aprovação da ata da reunião de 28 de fevereiro

A ata da reunião de 28 de fevereiro foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## 3. Comunicações do Presidente

### 3.1. Baixa de Iniciativa

Projeto de Resolução	1364/XIII	3	<a href="#">Requalificação da Escola Secundária de Castro Daire</a>	PSD
----------------------	-----------	---	---	-----

O Deputado Álvaro Batista (PSD) informou que indicariam posteriormente se pretendem a discussão da iniciativa em Plenário ou na Comissão.

### 3.2. Iniciativas em Comissão

#### 3.2.1. Nova baixa para apreciação em generalidade

Projeto de Lei	620	XIII	3	<a href="#">Altera o Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, que aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária</a>	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD
Projeto de Lei	619	XIII	3	<a href="#">Altera o Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, que aprova a orgânica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.</a>	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD
Projeto de Lei	621	XIII	3	<a href="#">Altera o Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico</a>	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD

Projeto de Resolução	1071	XIII	3	<a href="#">Recomenda ao Governo a promoção da transferência de tecnologia entre Universidades e Institutos Politécnicos e a sociedade</a>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD
----------------------	------	------	---	--	------------------------------------	------------	-----

Projeto de Resolução	1069	XIII	3	<a href="#">Recomenda ao Governo a promoção do emprego de doutorados na sociedade</a>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD
Projeto de Resolução	1070	XIII	3	<a href="#">Recomenda a promoção de uma política de propriedade intelectual que fomente o investimento e a inovação</a>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD

O Presidente informou que tendo as iniciativas baixado para nova apreciação na Comissão, foi deliberado pedir parecer às entidades do setor, tendo sido rececionados os seguintes:

- P.JL 619/XIII/3.ª - CCISP; APESP; CNE; SNESUP; FENPROF
- P.JL 620/XIII/3.ª - CCISP; FENPROF; CIP; APESP; SNESUP; CNE
- P.JL 621/XIII/3.ª - SNESUP; FENPROF; CCISP; CIP; APESP e CNE

Mais indicou que o prazo para nova apreciação das iniciativas termina a 20 de março e perguntou se o PSD pretende desenvolver mais alguma diligência na Comissão ou se solicita a remessa das iniciativas para votação em Plenário.

O Deputado Álvaro Batista (PSD) solicitou o adiamento deste ponto, para apreciação na reunião seguinte.

### 3.2.2.

Projeto de Lei	607	XIII	3	<a href="#">Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário</a>	Nova apreciação comissão generalidade	2017-12-15	PCP
----------------	-----	------	---	---	---------------------------------------	------------	-----

O Presidente informou que tendo as iniciativas baixado para nova apreciação na Comissão, cujo prazo termina em 9/4, o GP do PCP propôs a realização em 28 de março de uma audição conjunta de 14 entidades, a saber: FENPROF, FNE, ASPL, SNPL, SPLIU, SIPPeB, SEPLEU, Pró-ORDEM, FEPECI, FENEI, SIPE, FNSTFPS, AFOMOS e APROTED.

O Presidente informou que está a ser equacionada a remarcação da audição regimental do Ministro da Educação, pelo que face à resposta do mesmo se verá se a audição destas entidades pode ser feita nesse dia ou não.

Foi depois equacionado o tempo das intervenções das entidades, tendo-se proposto fixar 5m iniciais e 5m finais, o que perfaz um tempo total da audição de cerca de 3h00.

### 3.2. Execução do Plano de Atividades da Comissão

O Presidente lembrou que a Comissão aprovou a realização de 3 conferências, sobre os seguintes temas, tendo-se fixado o respetivo calendário:

1 – Lei de Bases do Sistema Educativo: o que falta cumprir? – 18 de abril

2 – Tecnologia e Pedagogia: o que ensinar? como ensinar? – 23 de maio

3 – Ensino Superior e Ciência: responder aos novos desafios da inovação científica e da inovação social – 20 de junho

Nesta sequência, solicitou propostas de temas específicos, de oradores, da possível estrutura das conferências, para se iniciarem os contactos.

#### **4. Audição regimental do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 16h00**

O Presidente cumprimentou o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor e a Senhora Secretária de Estado, Maria Fernanda Rollo e lembrou a grelha de tempos da audição.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) colocou três questões ao Senhor Ministro: (1) Sendo que o pacote de propostas sobre conhecimento e inovação, que se encontra em consulta pública, em resultado do Conselho de Ministros de 15 de fevereiro, mostra uma estratégia ambiciosa para o país, pergunta-se se as instituições de ensino superior e de ciência estão preparadas para esse desafio, designadamente por via da necessária aposta no combate à precariedade e na dignificação do emprego científico com direitos e de desenvolvimento das carreiras docentes, sem o que nunca se alcançará sustentabilidade para aquela estratégia ambiciosa; (2) Quais as novidades em relação aos laboratórios colaborativos? (3) Quanto ao projeto de proposta de lei da ciência, que inclui uma disposição sobre o acompanhamento parlamentar dos processos de mudança tecnológica, que resultados espera o Senhor Ministro que se possam obter por essa via?

O Senhor Ministro fez referência ao programa de criação de Clubes de Ciência Viva em todas as escolas, à alteração da avaliação das unidades de investigação, à valorização das atividades de divulgação científica, aos dados da DGEEC, com realce para o maior desenvolvimento da formação de curta duração nos Politécnicos de Leiria e Bragança e ao desenvolvimento da investigação em conjunto com as regiões.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) realçou o facto de ir ser retomado o sistema de empréstimos com garantia aos alunos do ensino superior, referindo que se trata duma medida importante, que vinha do anterior Governo. Salientou depois que o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDS) é desfavorável em relação às medidas do Governo, referindo que há pouco investimento, está mal direcionado e há muitas cativações.

Referiu ainda a existência de *numerus clausus* para a abertura de cursos, a preferência do Governo pela abertura de cursos no interior e questionou que apoios são dados aos alunos para se deslocarem e às instituições com perda de alunos, discordando da medida.

O Senhor Ministro discordou da leitura do relatório da OCDE e referiu que há um aumento do número de alunos no ensino superior (cerca de 2.000 em 2 anos), mais bolsas de doutoramento,

um aumento das bolsas no Programa + Superior, mobilização de atores em várias áreas, para convergirem para a Europa em 2030, com compromisso entre empresas e instituições de ensino e investigação e os laboratórios colaborativos já são reconhecidos a nível internacional. Acrescentou ainda que provocaram o debate sobre *numerus clausus* para a abertura de cursos, mas ainda não aprovaram o respetivo regime e realçou o aumento de pós-graduações.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) enfatizou a precariedade do pessoal das instituições de ensino superior e o facto de muitas garantirem os cursos ministrados com docentes precários (com professores convidados e contratos ao abrigo do Código do Trabalho) e em contrapartida foram apresentados cerca de 5.000 requerimentos ao Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) e só 2% foram aprovados. Nesta sequência, questionou se há um acordo do Ministério com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) para boicotarem o Programa.

O Senhor Ministro informou que não há acordo do Governo para boicotar aquele Programa e que estão a desenvolver medidas de combate à precariedade, salientando que o processo de avaliação e acreditação dos cursos dependerá não só da existência de um número de docentes, mas da sua situação laboral, devendo 2/3 estar integrados na carreira. Acrescentou que o Programa em causa é complexo, há mais de 5.800 requerimentos e 63% dos processos das carreiras gerais foram aprovados, enquanto em relação às carreiras docentes e de investigação existem outras formas de combate à precariedade, como sejam as novas formas de acreditação e avaliação das instituições.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu as críticas aos *numerus clausus*, fez referência ao regime de doutoramentos, aos Cursos de Técnico Superior Profissional e questionou se a experiência profissional pode levar à licenciatura, nomeadamente para posterior prosseguimento para mestrado. Manifestou ainda concordância com o regime de empréstimos e pediu esclarecimentos sobre os mesmos.

O Senhor Ministro informou que o despacho de fixação de vagas está sujeito a debate com as instituições, realçando que Portugal tem uma grande concentração de estudantes em Lisboa e Porto e só 5% de estudantes estrangeiros. Aludiu ainda ao projeto de diploma dos graus de ensino superior e diplomas, bem como a outros que se encontram em discussão pública. Defendeu depois a abertura do 1.º ciclo, a especialização do 2.º e a pós-graduação como um elemento diferenciador, realçando que a proposta em discussão implica dois anos de adaptação.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) considerou o combate à precariedade fundamental, defendeu que o Governo tem de dar uma resposta mais afirmativa e referiu que há muitos problemas na implementação do regime do emprego científico. Realçou depois o facto de as associações de alunos estarem contra a medida dos *numerus clausus*, tendo posto a hipótese de acabar com a mesma. A terminar, salientou a necessidade de alteração da lei de financiamento.

O Senhor Ministro referiu que a precariedade é a prioridade número 1, havendo o compromisso de a eliminar até ao final da legislatura e para isso vai ser aplicada a medida do emprego científico, o PREVPAP, processo complexo e foram introduzidas alterações no processo de avaliação das unidades de investigação e na acreditação dos cursos. Em relação aos bolseiros da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) informou que o processo está a ser tratado. Realçou depois o impacto da qualificação na ligação aos territórios e salientou que se propõem aumentar o número de alunos no interior e deixar a especialização para Lisboa e Porto.

A Senhora Deputada Elza Pais (PS) saudou o Governo pela aposta em mais desenvolvimento através da inovação, pelo aumento da investigação e desenvolvimento, pela existência de mais jovens no ensino superior e pela captação de estudantes para o interior, combatendo desequilíbrios regionais. Realçou depois a importância da aposta nos laboratórios colaborativos, na internacionalização e questionou como se desenvolverá a estratégia e se há financiamentos para o efeito.

O Senhor Ministro referiu que foi apontada como meta para 2030, a nível de investigação e desenvolvimento, bem como a criação de 25.000 postos de trabalho no setor privado. Enfatizou depois os processos a desenvolver nas telecomunicações, indústria farmacêutica e setor energético, a criação de parcerias com o setor privado e a criação de emprego no mesmo.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) referiu que o Governo falha no emprego científico e questionou se a manutenção dos contratos dos investigadores é feita com verbas da FCT ou com a transferência de verbas do Orçamento do Estado.

O Senhor Ministro indicou que se verifica um aumento do emprego científico e das verbas aplicáveis e que a atuação visa convergir para a Europa.

A Deputada Joana Mortágua (BE) mencionou que o CRUP entende que o PREVPAP não se devia aplicar aos docentes e investigadores e o Governo está a votar ao lado do mesmo na Comissão de Avaliação dos respetivos processos. O Deputado Luís Monteiro (BE) discordou ainda dos empréstimos caucionados aos alunos.

O Senhor Ministro indicou que o PREVPAP é um bom instrumento e já permitiu a regularização de 668 trabalhadores das carreiras gerais e vários docentes, realçando depois que o corpo docente tem outras formas de regularização e o Ministério está envolvido no combate à precariedade. Indicou ainda que há 10 anos introduziu os empréstimos aos estudantes do ensino superior, como complemento da ação social.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) questionou se os contratos cuja duração terminava até 31/12/2017 se mantêm até 31/8/2018, com verbas da FCT, pedindo esclarecimento sobre como se vai processar a situação.

O Senhor Ministro referiu que há 3 planos, a saber, concursos individuais, concursos institucionais, concursos coletivos e a norma transitória e informou que há hipótese de financiamento através de verbas plurianuais das instituições, indicando que há poucos processos finalizados. Mencionou depois que a FCT, em termos de fundos nacionais, tem uma taxa de execução de 100% e quanto a fundos comunitários, que têm uma execução plurianual, a taxa é menor.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) salientou que só há 51 contratos enviados à FCT para financiamento ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2016 e perguntou ao Senhor Ministro se pondera pedir a intervenção da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC) na aplicação da lei.

Referiu que há investigadores com mais de 10 anos de funções que foram considerados necessidades não permanentes e perguntou como se regularizam estas situações. Mencionou depois que o Senhor Ministro tinha manifestado disponibilidade para reduzir as propinas a médio e longo prazo e perguntou se confirmava isso e se podia abrir-se o dossiê para acabar com as propinas, considerando essa medida mais importante do que os empréstimos aos alunos.

O Senhor Ministro referiu que haverá intervenção da IGEC em caso de irregularidades e para salvaguarda do interesse público. Reiterou depois que a nível das carreiras científicas e de investigação há outras alternativas de regularização. A terminar, considerou que a redução das propinas deve ser uma ambição para Portugal.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) enfatizou a importância das competências digitais para a população portuguesa e a mais-valia do Programa INCODE2030 para a melhoria do emprego e competitividade em Portugal, tendo solicitado um ponto de situação sobre esse Programa. Referiu depois a relevância da investigação a favor da Saúde e sublinhou a importância da criação da Agência especializada em Oncologia anunciada pelo Ministro. A terminar abordou as questões do acolhimento e integração de refugiados em Portugal e perguntou quais as medidas legais que serão adotadas para uma integração plena ao nível do ingresso e acesso dos Estudantes Refugiados no Ensino Superior.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) perguntou se a alteração dos *numerus clausus* é só para debate ou já uma proposta e referiu que o objetivo do Governo de se realizar uma atribuição de bolsas de estudo mais rápida não se tinha concretizado.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que o Governo disse ao CRUP que há outras formas de regularização da precariedade. Realçou depois que a IGEC não tem uma intervenção sistemática, porque não tem meios.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que as bolsas de mérito têm pagamentos atrasados nas Universidades públicas e não estão a ser pagas nas privadas, tendo pedido justificação da situação. Indicou depois que de harmonia com a informação da Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República, as percentagens de execução da FCT são inferiores a 100%.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu a falta de meios da IGEC e perguntou quando se vão resolver todos os casos de precariedade, através do PREVPAP ou por outra via.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) defendeu que se desenvolvam mais as competências territoriais, referiu que o ensino superior gera conhecimento, inovação, fixação, etc e perguntou quais as medidas a adotar.

O Senhor Ministro fez referência ao novo regulamento das bolsas e indicou as alterações que inclui. Mencionou depois que o objetivo do PREVPAP é acabar com a precariedade e há necessidade de o conjugar com as leis dos graus e diplomas e da acreditação. Realçou ainda que não deve abusar-se dos casos de docentes convidados e que foi acelerado o processo de concessão de bolsas. Mencionou também que o Governo tem vindo a aumentar o investimento em investigação e desenvolvimento e pretendem aumentar o número de utilizadores de internet, estando também a alargar os programas de inclusão.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) fez menção ao abuso da utilização do professor convidado.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que têm feito várias perguntas ao Ministério e ainda não obtiveram resposta.

A Senhora Deputada Manuela Tender (PSD) defendeu a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos, nomeadamente os que têm necessidades educativas



especiais, referiu que a Assembleia da República aprovou uma Resolução para apoios aos alunos e perguntou que medidas é que o Governo já tomou e vai tomar.

A Senhora Deputada Laura Magalhães (PSD) fez referência à portaria respeitante ao curso de medicina tradicional chinesa, referiu que há contestação da Ordem dos Médicos, questionou se houve audição do CRUP e do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e referiu que o curso só é ministrado nos segundos.

A Senhora Deputada Elza Pais (PS) fez menção ao Programa Pessoa, idêntico ao Erasmus, mas a nível dos países de língua portuguesa, e perguntou o que ia ser feito.

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) indicou que o Politécnico de Castelo Branco se encontra em situação de subfinanciamento e pediu informação sobre as medidas a adotar.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) realçou que o Governo e o PS estão empenhados no combate à precariedade, que há docentes convidados que vão continuar nessa situação e reiterou a questão sobre o acompanhamento dos processos de alteração tecnológica.

O Senhor Ministro indicou que o combate à precariedade é muito importante, referiu a dignificação da carreira docente e defendeu um processo de diálogo permanente. Mencionou depois que propõem processos de apreciação parlamentar a nível de alterações tecnológicas. Em relação ao curso de medicina tradicional chinesa, informou que o Governo não cria cursos e a sua validação e acreditação é feita pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, sendo todos os cursos de terapias ministrados por Institutos Politécnicos.

Em resposta à pergunta sobre o Programa Pessoa no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, informou que lançaram uma rede de investigação com o apoio da Fundação Aga Khan, tendo sido aprovados 16 projetos, realçando ainda a necessidade de capacitação das instituições científicas dos próprios países.

A terminar, propôs o reforço das verbas de ciência nos próximos anos, para aproximação aos valores europeus.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

## 5. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

[Petição 418/XIII](#) - Solicita legislação para docentes incapacitados para o exercício de funções.

Adiado.

## 6. Discussão de Projetos de Resolução

**6.1. [Projeto de Resolução n.º 1321/XIII/3.ª \(BE\)](#)** – Pela efetiva aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, a todos os bolsiros de gestão de ciência e tecnologia

**6.2. [Projeto de Resolução n.º 1358/XIII/3.ª \(PCP\)](#)** – Contratação e integração dos bolsiros de gestão de ciência e tecnologia

Foi feita a discussão conjunta dos 2 Projetos de Resolução, tendo feito intervenções os Deputados Luís Monteiro (BE), Ana Mesquita (PCP), Álvaro Batista (PSD), Porfírio Silva (PS) e Ana Rita Bessa (PSD).

A informação da discussão e a gravação áudio estão disponíveis nas respetivas iniciativas.

## 7. Fixação de redação final de Projeto de Resolução aprovado

[Projeto de Resolução n.º 1312/XIII/3.ª \(PCP\)](#) - Recomenda a realização de um concurso geral de professores em 2018 e a alteração do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário

Adiado.

## 8. Outros assuntos

O Deputado Luís Monteiro (BE) pediu indicação da data para a audição das entidades no âmbito da discussão sobre a valorização da disciplina de Educação Física, para depois se remeterem os respetivos Projetos de Resolução para votação no Plenário, tendo o Presidente da Comissão informado que estavam a ser feitos os agendamentos das reuniões das semanas seguintes, para se incluírem todas as matérias pendentes.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) informou ainda que prescindem de apresentar na Comissão o [Projeto de Lei n.º 777/XIII/3.ª](#), Determina a Prorrogação dos Contratos de Bolsas de Investigação, dos Contratos de Bolsa no âmbito de Projetos de Investigação Científica e outros similares. O Presidente da Comissão referiu que o respetivo parecer, de que será relator um Deputado do PS, será agendado para apreciação na reunião de 20 de março.

## 9. Data da próxima reunião

- 13 de março de 2018, 15h00

A reunião foi encerrada às 19:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 de março de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

## Folha de Presenças

**Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:**

Alexandre Quintanilha  
Álvaro Batista  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
André Pinotes Batista  
Diogo Leão  
Ilda Araújo Novo  
Ivan Gonçalves  
Joana Mortágua  
Laura Monteiro Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Luís Monteiro  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Pedro Alves  
Porfírio Silva  
Susana Amador  
Ana Sofia Bettencourt  
Carlos Abreu Amorim  
Cristóvão Crespo  
Elza Pais

**Faltaram os seguintes Senhores Deputados:**

Amadeu Soares Albergaria  
Emília Santos  
Sandra Pontedeira

**Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:**

Margarida Mano